

Países pobres e aquecimento global: tempos sombrios para o desenvolvimento

Henrique Rattner*

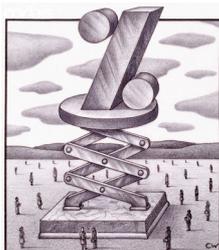


Imagem: Corbis/Charles Waller

O crescimento dos países pobres está contribuindo para as mudanças climáticas. Entretanto, eles já estão entre suas maiores vítimas, sofrendo imensas devastações, ora por secas prolongadas, ora por chuvas torrenciais, ciclones e tsunamis.

Os países pobres e os de renda média contribuem com aproximadamente metade das emissões de carbono no mundo, sendo emblemático o caso do Brasil, que produz mais CO₂ per capita do que a Alemanha. O aquecimento global causa mais estragos nos países pobres do que estes causam ao clima. O Banco Mundial, em seu mais recente relatório¹, afirma que os custos do aquecimento global resultarão em perdas de 4 – 5% do PIB na África e na Ásia, sobretudo na Índia. Mesmo se os custos do aquecimento fossem distribuídos de modo mais equilibrado, os países pobres e os em desenvolvimento arcarão com a maior parcela do ônus, porque representam 80% da população mundial.

¹ World Development Report 2010: Development and Climate Change”, Banco Mundial, Washington D.C., 2009.

Com a aproximação da Conferência Mundial sobre mudança climática, a ser realizada em Copenhague, Dinamarca, em dezembro de 2009, os representantes dos países mais pobres manifestam sua apreensão com o ritmo lento das negociações que visam a substituição do Protocolo de Kyoto, assinado em 1997. O Protocolo, que não foi assinado pelos Estados Unidos, o país que mais polui, exigiu dos países ricos a redução de suas emissões de gases efeito – estufa em 5,2%, referentes ao nível de 1990, até chegar ao ano 2012.

Calcular os custos do aquecimento global não é tarefa banal, o tentar separar e detalhar o impacto da mudança climática e o de outros fatores. Um indicador de custos crescentes é o número de pessoas no mundo atingidos por desastres naturais. Na década dos oitenta, menos de 500 milhões de pessoas necessitavam de assistência internacional para enfrentar os estragos causados pelos desastres naturais. Entre 2001 e 2005, este número chegou a um bilhão e meio de pessoas e, nos últimos anos, não parou de subir. Basta lembrar a catástrofe que se abateu sobre New Orleans, nos EUA, o Tsunami que arrasou imensas áreas no sudeste asiático e as chuvas torrenciais que afetaram a região sul do Brasil e vários países europeus, em 2009.

Estimativas feitas pelo Fórum Humanitário Global, uma organização não-governamental suíça, e publicadas em um estudo sobre “Comparações

Quantitativas de Riscos à Saúde”, o número de mortes causadas pela mudança climática ultrapassa 150.000 a cada ano. Segundo a OMS – Organização Mundial de Saúde – a mudança climática causou a perda de 5,5 milhões de anos de vida em 2000, sendo a maioria na África e na Ásia.

Os danos indiretos, por seus impactos no suprimento de água, alimentos e na transmissão de doenças contagiosas, como diarreia, leptospirose, esquistossomose e cólera, são muito maiores. Os pobres são mais vulneráveis do que os ricos, por várias razões: moradias precárias, ausência de saneamento básico e falta de acesso a cuidados médicos significam que os desastres naturais atingem mais as populações pobres.

O aquecimento global constitui um fator agravante porque aumenta a exposição a doenças letais que prevalecem nos países pobres. Em muitos deles, as cidades foram construídas acima da chamada “linha de malária” a partir da qual o mosquito transmissor não sobrevive. O clima mais quente permite ao mosquito invadir áreas até agora não atingidas, por causa da altitude, e ameaça espalhar a doença que já é responsável pelo maior número de mortes na África. Estima-se que em 2030 mais de 90 milhões de pessoas estarão expostas à malária, somente na África. Ademais, a incidência de outras doenças, tais como a meningite e a diarreia, tende a aumentar com as secas. A dengue tem se expandido, dobrando o número de casos entre 1995 e 2005, nos países da América do Sul.

Urbanistas apontam que as cidades nos países pobres estão mais expostas às inundações. Dez dos quinze maiores cidades do mundo, entre elas Xangai, Mumbai, Cairo, Rio e outras são vulneráveis à subida do nível dos mares.

No sul e leste da Ásia, os estuários dos grandes rios sempre foram caracterizados por intensa atividade agrícola, alimentando milhões de pessoas. A mudança do clima desorganiza e destrói os equipamentos de proteção que permitiam, no passado, enfrentar as inundações. A maior vulnerabilidade causada pelo aquecimento global afeta terras cultivadas que se tornam áridas e impróprias à agricultura, particularmente na África, onde 2/3 dos territórios são áridos ou desertos. A seca deste ano de 2009 é a pior desde 2000 e o espectro da fome se espalha na África. A falta de chuvas em parte da Etiópia ameaça aumentar o número de pessoas dependentes de ajuda alimentar dos 8 milhões atuais para 13 milhões, um sexto da população do país que já foi o celeiro de grãos para outros países. No Quênia, a produção de milho, o alimento básico da população, cairá em 30%, atingindo mais duramente os pequenos agricultores. A previsão da Cruz Vermelha Internacional afirma que a fome na Somália vai de mal a pior, em que pese a emigração de mais de três milhões de Somalis, quase metade da população do país. A produção de cereais em Uganda irá cair pela metade e, no Sudão, na Eritreia, na República Central Africana e na Tanzânia haverá queda na produção de alimentos. O Programa de Alimentos da FAO – a organização das Nações Unidas para alimentos e agricultura não dispõe de recursos para socorrer os famintos na Quênia nos próximos meses.

O aquecimento global parece acelerar também os ciclos hidrológicos do planeta, causando inundações e secas, e mais chuvas em períodos mais curtos, com intervalos mais longos. Ademais, o derretimento das calotas polares reduz a capacidade de armazenamento de água potável disponível, 2/3 da qual está

armazenada no Ártico e na Antártica. O ciclo de secas na África Oriental encurtou. Antes, as chuvas falharam a cada dez anos. Agora, o ciclo parece diminuir para cada cinco anos e, mais recentemente, a região enfrenta secas a cada 2-3 anos. Atingidas por secas e inundações, as terras se tornam menos produtivas, situação esta agravada por outro problema, este causado pela ação dos homens. Na década dos sessenta, com o advento da Revolução Verde, foram introduzidas sementes de alto rendimento e resistentes a pragas, adequadas a climas mais estáveis. Reintroduzir sementes tradicionais que resistem melhor às variações climáticas se torna fato cada vez mais raro e significaria nova queda no volume das colheitas. Na Índia, os ganhos produzidos pela Revolução Verde estão diminuindo por causa do aquecimento global e a perda de resistência a pragas e doenças. Vários estudos que tratam das possíveis conseqüências do aumento de CO₂ na atmosfera chegam a estimativa de queda de até 20% na produção mundial de alimentos, por volta de 2080. Embora distantes no horizonte temporal, esses estudos não deixam dúvidas sobre os efeitos desastrosos da mudança climática.

Em 2050, o mundo terá de alimentar entre 2-3 bilhões de pessoas adicionais, além da demanda crescente da população atual, devido ao aumento de sua renda. Essas reflexões devem orientar as políticas, tanto nos países ricos quanto nos pobres, em seu posicionamento frente à mudança do clima, que deixa de ser uma opção entre crescimento econômico e o bem estar e segurança ambiental, para se transformar em questão de sobrevivência para uma grande parcela da humanidade.

O que esperar da Conferência de Copenhague?

Em que pese o fato de muitos países desejarem um acordo, os problemas que este enfrenta parecem dificilmente superáveis. O Banco Mundial calcula que para manter o aquecimento global anual inferior a 2 graus Celsius, seriam necessários centenas de bilhões de US\$, para mitigar ou neutralizar os efeitos da mudança climática. Ademais, os países pobres encaram um acordo sobre a mudança global em termos muito diferentes dos países ricos. Para estes, o problema é ambiental: é preciso reduzir as emissões de gases de efeito-estufa que se acumulam na atmosfera, tal como recomendado pelo IPCC – o Painel Internacional sobre Mudança Climática. Para os países pobres, o problema remete a questões históricas e de justiça: os ricos são responsáveis por 2/3 do carbono jogado na atmosfera, desde 1850. Cortar as emissões agora, em termos absolutos, significaria a perpetuação de uma situação injusta. A proposta dos países pobres exige o estabelecimento de níveis per capita, como base de um acordo. Existe também um profundo desacordo sobre as condições nas quais as remessas monetárias seriam efetuadas: os países ricos as consideram como ajuda relacionada com metas e projetos específicos, enquanto os países pobres consideram os eventuais recursos monetários como compensação, sem condições prévias, para um problema que não foi causado por eles.

Os encontros e debates diplomáticos, tendo em vista a próxima Conferência sobre Mudança do Clima, estão se intensificando à medida que se aproxima o encontro em Copenhague, em dezembro de 2009. O Fórum dos G – 8, a cúpula das Nações Unidas, e a reunião dos G – 20, realizados em

setembro, e mais as negociações marcadas para Bancoc, Tailândia, procuram preparar o terreno para um acordo.

Os países que mandam no mundo estão queimando carvão mais do que em qualquer outra época, antes de tentar encontrar um acordo sobre o sucessor do Protocolo de Kyoto. Nos Estados Unidos, a Câmara dos Deputados votou a lei Waxman - Marley, visando reduzir suas emissões. No Japão, o novo governo apresenta o compromisso de reduzir suas emissões em 25% do nível de 1990, em 2020. E, na cúpula das Nações Unidas, o presidente da China, Hu Jintao prometeu cortar a intensidade de carbono da economia chinesa por um “montante notável”, em 2020. As emissões globais de CO₂ cresceram em 25% desde a adoção do Protocolo de Kyoto, em 1997, em parte devido à omissão de grandes emissores, tais como o desmatamento e a queimada de florestas e, também, porque os países recuaram de assumir metas e compromissos estabelecidos por um tratado internacional. A Austrália, que aderiu tardiamente ao Protocolo, propõe um caminho diferente. Todos os países deveriam apresentar um plano “nacional” de programas e projetos, com uma regulamentação para baixar as emissões de CO₂. Os países desenvolvidos irão especificar o montante de reduções pretendidas. Esses compromissos teriam a força de lei em âmbito nacional, mas não estariam sujeitos a sanções internacionais. Esta proposta obteria provavelmente o apoio dos legisladores norte americanos e dos países em desenvolvimento, receosos de compromissos cujo cumprimento poderia servir como justificativa para a imposição de tarifas sobre seus produtos de exportação.

Críticos desta proposta alegam que enquanto não houver compromissos internacionalmente conveniados e mecanismos para sancionar as falhas, o acordo global será inócuo. O discurso de Obama, conclamando os países a agirem de forma rápida, corajosa e concertada, a fim de evitar uma “catástrofe irreversível”, não ofereceu qualquer proposta prática e específica, ao contrário de Hu Jintao, o presidente da China, que apresentou alguns detalhes das medidas tomadas por seu país ao decidir reduzir a intensidade energética – a energia necessária para produzir uma unidade do PIB - entre 2005 e 2010. Prometeu, também, que a China continuará, nos próximos anos, a cortar as emissões de CO₂ por unidade de PIB produzida mediante o maior uso de energia renovável e de energia nuclear. Mas, sem fornecer números precisos e tendo em vista o contínuo crescimento do PIB chinês, a taxas de 8 – 10% ao ano, as emissões também crescerão, mesmo com a redução de intensidade de carbono. Dificilmente esta proposta contentará os legisladores norte-americanos, que cogitam de uma redução de 17% nas emissões do nível de 2005, até 2020.

O Brasil, com um relatório defasado em que as emissões por desmatamento e queimadas na Amazônia são as maiores da história, deverá passar por uma “saia justa” na Conferência de Copenhague. Mesmo os dados mais favoráveis dos últimos quatro anos (2005 – 2008) evidenciam a derrubada média anual de 14.113 km², o que representa uma emissão líquida anual de 500 milhões de toneladas de CO₂.

Estamos longe de um cenário mais favorável, de estimativas anuais e inventários bianuais de emissões, para mobilizar e conscientizar a opinião pública e exercer pressões para uma

ação adequada à gravidade da situação, por parte dos governantes locais, estaduais e federais. Ao desmatamento e às queimadas na Amazônia, devemos acrescentar os efeitos do desmatamento do cerrado, em consequência da expansão do cultivo da soja, da cana e da pecuária, e as emissões crescentes de CO₂ pela indústria, particularmente da frota de dezenas de milhões veículos movidos a óleo diesel e gasolina, extremamente poluentes.

O conflito latente entre o MMA – Ministério do Meio Ambiente e o MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia, quanto à competência de cada um e o alcance do inventário a ser apresentado pelo Brasil na Conferência de Copenhague, reforça a impressão de que o país não está preparado para oferecer sua contribuição para a solução do dilema enfrentado pela humanidade.



HENRIQUE RATTNER é professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA/USP); e na pós-graduação no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Fundador do Programa LEAD Brasil e da *ABDL - Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças*